

IMPACTO DO PROCESSO COLONIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA GUINÉ-BISSAUEurico Paulo Sampa¹Julinho Da Silva²Fatima Maria Araujo Bertini³**RESUMO**

O colonialismo, como um conjunto de aportes políticos, culturais e educacionais, buscou exercer a sua influência e/ou controle sobre os territórios invadidos por meio da imposição militar, cultural, religiosa e escolar. Nesse processo, era moral, política, social e cientificamente justificável o uso da violência para subjugar os outros. E neste sentido que, o sistema educativo não ficou inerte aos interesses coloniais e, pouco a pouco, os colonialistas impuseram as suas cosmovisões nas estruturas africanas, tentando com isso desterritorializar os africanos das suas bases ontológicas, filosóficas e epistemológicas. O sistema educativo na Guiné-Bissau, após a independência, geralmente é excêntrico aos interesses dos Bissau-guineenses, às suas perspectivas, aos valores sociais e culturais dos diferentes grupos que compõem o mosaico étnico do país. Portanto, a colonização – e as suas múltiplas facetas sociais, educacionais, culturais e políticas – impactou de forma significativo o sistema escolar do país, isso é verificável nos dias atuais.

Palavras-chave: : colonização; impactos; educação.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, UNILAB/CE, Ceará, Discente, paulosampa90@gmail.com¹

Universidade federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul , Discente, rassbycalichara@gmail.com²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira/CE, Ceará, Docente, fatimabertini@unilab.edu.br³

INTRODUÇÃO

Em 24 de setembro de 1973, a Guiné-Bissau proclamou, unilateralmente a sua independência depois de 11 anos de luta armada. O processo foi liderado por Amílcar Cabral, um dos fundadores do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Essa guerra mortífera deixara exangue um país por si muito pobre em recursos humanos para enfrentar os desafios do país após a independência.

Para a tarefa de construção, o país devia em primeiro lugar contar com os recursos humanos, para enfrentar os desafios da máquina burocrática do Estado. Esta ideia foi um dos pilares iniciado pela tradição de Amílcar Cabral aquando da luta de libertação, pois compreendeu bem cedo a importância da formação humana e investiu muito na educação e na formação dos jovens desde os primeiros anos da luta (SENA, 1995).

Após a independência, restava a herança de um sistema de educação que administração colonial conseguira manter sucesso em funcionamento no país. Nos anos que se seguiram à independência política era mais uma proclamação de princípios de “uma política de educação completada por algumas modificações introduzidas no sistema educativo colonial: correção dos conteúdos dos programas de história e de geografia, redistribuições de tarefas” (SENA, 1995, p.64s), o que não consubstanciou na aplicação das medidas necessárias conformas às demandas dos Bissau-guineenses, ou seja, reformular o sistema educativo do país.

A educação “consiste em uma socialização metódica das novas gerações”, o que lhe dá um duplo sentido: singular e múltiplo (DURKHEIM, 2011, 54), por isso, pode ser compreendida como processo global de aquisição e transmissão dos conhecimentos e da cultura no sentido geral no meio de uma determinada comunidade e/ou sociedade (MBUUB, 1992). Assim, falar da educação no contexto africano em geral, e no contexto Bissau-guineense, em particular, é buscar compreender as diferentes formas ontológicas, pedagógicas e filosóficas subjacentes às diferentes formas de transmissão de conhecimento e de ensino-aprendizagem.]

METODOLOGIA

O presente trabalho baseou-se no método qualitativa, utilizando a pesquisa bibliográfica e exploratória sobre o assunto. Assim, procuramos diferentes livros, teses, dissertações, artigos e outros textos que abordam sobre o assunto, formando, assim, os elementos teóricos importantes para o embasamento do trabalho. Após a consulta dos textos, criamos “pastas” e “subpastas” no computador portátil para melhor organizar os textos conforme as discussões em análise. As discussões que sustentam as nossas arguições foram alicerçadas nas obras de Cá (2000); Lopes (2014); Sampa (2015); Silva (2015); Koudawo (1991); Villen (2013); e entre outros autores que aparecerão ao longo do texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A transmissão de saberes, técnicas e valores necessários para garantir a coesão social, é sempre uma das atividades imprescindíveis nas sociedades humanas. Nas sociedades africanas pré-coloniais os grupos ali presentes praticavam o processo de ensino-aprendizagem através da oralidade, marcado na maioria de casos pela interação entre as gerações adultas com as mais novas, isto é, de geração para geração (CÁ, 2000).

Uma educação informal, ainda que por ritos de iniciação se encontrem os traços de um formalismo episódico; uma educação baseada na filosofia e pedagogia ativa de imitação e transmissão dos saberes ligada à oratória, portanto, refere-se a “uma educação que se dá todo o tempo, e, portanto, uma empresa de impregnação permanente. Este ensino é, em geral, dado por todos, tanto pelos membros da família como da comunidade.

Ela é, assim, uma obra de socialização feita por todos em benefícios de todos”, justificando o seu elemento de que a escola é a vida, a vida é a escola (KOU Dawo, 1991, p.62).

No período anterior à dominação colonial, não havia as instituições escolares formais na Guiné-Bissau, a educação ocorria paulatinamente por via da oralidade sendo determinada pela interação do sujeito com a família, grupos sociais, e rituais da comunidade em que ele está inserido e visava transmitir aos educandos conhecimentos, saberes e preceitos da convivência social ligados às cosmo perspectivas do grupo social ou étnica (CÁ, 2000).

Sobre a inexistência de instituições escolares formais, Tchuda (2017, p.14) sublinha que “a ausência das instituições escolares na sociedade tradicional africana não significa que não existia o ensino-aprendizagem, pois se tratava duma cultura oral que mais tarde veio a ser sobreposta pela cultura de escrita europeia”, através duma imposição epistemológica ocidental, partindo de um pressuposto de pauperização ontológica e epistemológica.

Sendo dominados pela ideia da superioridade europeia e pela ambição de moldar o psiquismo dos povos africanos, os regimes coloniais desconsideraram as formas e os processos educacionais já existentes nas sociedades africanas e estabeleceram novas bases educativas conforme as suas demandas políticas, culturais, sociais e geoestratégicas. No entanto, o novo modelo educativo não visava formar indivíduos capazes de analisar criticamente o meio em que estavam inseridos e transformá-lo, mas se destinava, exclusivamente para adquirir habilidades necessários para responder às necessidades do poder colonial (SILVA, 2015).

Por isso, as escolas missionárias foram dadas a missão de educar os nativos, ou seja, uma ínfima parte da população que poderia frequentar o sistema de ensino colonial – os que eram considerados como assimilados. A possibilidade educativa era baseada essencialmente em ensinar a sujeição e não a partir de uma construção de conhecimento alicerce sob um pensamento crítico e autocrítico. Era uma educação conservadora, dado que, a sua preocupação principal não era a construção de seres pensantes, mas a reprodução fiel dos valores eurocêntricos tidos como superiores e benéficos para os africanos. Na base disso, o sistema colonial português não permitia, portanto, ao homem [e a mulher] africano a mínima possibilidade de cultivar ideias ou sonhos que fossem em direção contrária ao seu destino colonial, naturalmente limitado ao trabalho e à sujeição. E, justamente por esse motivo, a educação literária constituía um elemento educativo problemático nas colônias africanas (VILLEN, 2013, p.64).

O sistema da educação colonial é um projeto de transformar os africanos em colaboradores dos colonizadores portugueses. Isso implicava na visão colonial dar-lhes e abrir-lhes a suposta inteligência ao entendimento de noções morais suficientes, para, pouco a pouco, se perceberem das vantagens positivas de alcançar uma civilização superior. Era uma forma de estimular-lhes a necessidade de desejarem os valores eurocêntricos, o amor ao trabalho forçado, para libertá-los das superstições e feiticismos, que tanto lhes obscurecem o espírito e os colocam como seres irracionais (CAYOLLA s/a apud VILLEN, 2013).

O nível de desenvolvimento da educação está fortemente associado à importância e ao valor que à educação é atribuída pela sociedade na sua conjuntura política, econômica, social e cultural. É nessa soberania política, embora limitada, que cada Estado desenvolve as suas políticas educativas conforme os seus interesses (LOPES, 2000, p. 01). Por isso, pode-se perceber que o campo educacional não é neutro, pois está atrelado aos diferentes dispositivos de relações de poder que, de fato, estabelece as políticas educacionais a serem considerados ou não no âmbito escolar. Assim, a educação pode desempenhar dupla função: a de dominação e de manutenção das desigualdades sociais, e a de emancipação social e política.

O aperfeiçoamento de qualidade de qualquer que seja área requer uma aplicabilidade conjunta de esforços, de investimento financeiro e humano, assim como a colaboração de todas as partes envolvidas no processo, isso torna imprescindível quando se refere a educação, sendo um elemento determinante para o

desenvolvimento humano (SAMPA, 2015).

A Guiné-Bissau não conseguiu após a sua independência consolidar-se politicamente em virtude das corriqueiras clivagens político-institucionais que o país vivenciou durante décadas, essa situação dificultou exponencialmente a aplicabilidade de políticas públicas e de uma agenda do desenvolvimento duradoura, impactando negativamente no setor educativo.

CONCLUSÕES

O processo educacional é feito a partir de articulação entre as várias instâncias que elaboram as normas, executam e deliberam as andanças do setor educativo no plano público e privado. Nesse sentido, percebe-se que, as discussões deverão basear-se na identificação dos problemas e, conseqüentemente, a procura de soluções para resolvê-lo. As narrativas históricas evidenciam a permanência de fortes desafios no que concerne ao acesso à educação na Guiné-Bissau. Para garantir um ensino de qualidade é preciso pautar pela capacidade de administrar e criar condições que facilitem o acesso e permanência dos alunos nas escolas. Devido à disfuncionalidade do Estado Bissau-guineense, o sistema educativo é, no seu todo, estranho às demandas e às necessidades dos Bissau-guineenses, representado uma herança colonial.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à comissão organizadora da VIII Semana Universitária por esta oportunidade de tomar parte nesta formação acadêmica que nos ajudaram a potencializar a nossa capacidade acadêmica. Estendemos também os nossos agradecimentos à nossa querida orientadora Prof.^a Fátima Maria Araújo Bertini pela disponibilidade em nos orientar.

REFERÊNCIAS

- CÁ, Oconi. A Educação Durante a Colonização Portuguesa na Guiné-Bissau. (1471-1973). 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2Of2SXi>. Acesso em: 10 mai. 2022.
- DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. Tradução: Stephania Matousek. Petrópolis, RJ: Vozes (coleção textos fundantes de Educação), 2011.
- KOUDAWO, Fafali. Educação e sociedade na África pré-colonial. Soronda, Revista de Estudos guineenses, nº12, Jul, p. 61-67, 1991.
- LIMA, João Brígido Bezerra et al. Refugiados no Brasil: caracterização dos perfis socio demográfico dos refugiados (1998-2014) - Brasília: Ipea 2017.
- LOPES, Luísa da Silva e Lopes. A Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2Q1IRFc>. Acesso em: 03 mai. 2022.
- MBUUB, Samba. Educação e conflito cultural: a experiência do Senegal na utilização das línguas nacionais. Soronda: Revista de Estudos Guineenses, v. 13, p. 105-129, 1992.
- SAMPA, Pascoal Jorge. Situação do Ensino Pública em Guiné-Bissau: Desafios e Possibilidades para uma Educação de Qualidade. Anais do VII FIPED, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3PFzTwz>. Acesso em: 8 mai. 2022.
- SENA, Luiz de. Uma experiência de integração da educação na Guiné-Bissau. Soronda: revista de estudos guineenses, v. 19, p. 63-88, 1995.

SILVA, Giselda Brito. A educação colonial do império Português em África (1850-1950). Cadernos do Tempo Presente, n. 21, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/37TNRJY>. Acesso em: 8 mai. 2022.

TCHUDA, Luís Daniel. O Ensino no Período Colonial na Guiné-Bissau (1879-1973). 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2vERhsR>. Acesso em: 30 mai. 2022.

VILLEN, Patrícia. Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo: entre harmonia e contradição. Expressão Popular, 2013.